I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA

17 a 20 setembro 2025

Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas

Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi | UNEB Universidade do Estado da Bahia | NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão | PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

"MINHA AVÓ ERA ÍNDIA" – LEI Nº 11.645/08 E AS HISTÓRIAS DE INDÍGENAS MULHERES NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Sarah Quimba Pinheiro

Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil

sarinha.pinheiross@gmail.com

FORMAÇÃO E TRABALHO DE PROFESSORES (AS) PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ÉTNICO-RACIAL, INTERCULTURAL, DECOLONIAL, ANTIRRACISTA, FEMINISTA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA

Caríssimas pessoas,

Escrevo essa carta, inspirada em Glória Anzaldúa (2000) para partilhar um pouco sobre a pesquisa que estou realizando no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, na Universidade Federal do Sul da Bahia. A pesquisa parte de minha inquietação com a não problematização da expressão "minha avó era índia, foi pega no laço, no mato, a dente de cachorro", comum no Extremo Sul da Bahia[1] e também em outros lugares do Brasil. Tendo como objetivo elaborar uma coletânea de cartas com as histórias de indígenas mulheres[2] (avós e bisavós) do referido território, que possa ser usada como material pedagógico no cumprimento da Lei nº 11.645 (BRASIL, 2008) que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica em todo território nacional.

Ouvir essa expressão me incomodava, e só durante o curso de História entendi o porquê; pegar essas mulheres a laço foi, e continua sendo, a estratégia de dominação da colonização,

[1]O Extremo Sul da Bahia é um dos territórios de identidade do Estado, é constituído por treze munícipios (Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda), este território, mas especificamente no que atualmente é o município de Prado, foi onde aportaram os invasores portugueses em 1500.

[2]O uso do termo indígenas mulheres é em consideração ao que as organizadoras do livro Wayrakuna: Polinizando a vida e semeando o Bem Viver, apontam que sua identidade indígena, vem antes do gênero, este que lhes foram imposto pela colonização.

digo que continua sendo, pois atualmente o laço vem em outros formatos, a negação do direito ao território, a ausência do ensino das relações étnico-raciais, são exemplos dele; sequestrar essas mulheres tirando-lhes do seu território, do seu povo, forçando-as ao casamento com brancos era uma tentativa de apagamento da identidade como discorre Bárbara Burum-Kren (2023, p. 54),

> Dentro desta roda de apagamento pelo etnocídio, fomos chamados de pardos, caboclos, ribeirinhos, caipiras, caiçaras, sertanejos, bugres etc. categorias raciais que nos enquadram num "não-lugar", pois somos pretos demais para gozar de privilégios e "índios" demais para reivindicar direitos de igualdade e reparação pelas violências e racismos já sofridos.

E segue afirmando que esse processo é parte da colonização que continua em curso, violentando "povos e mulheres do Brasil e no mundo" (2023, p.51), como podemos observar nos constantes conflitos por território que ocorrem no Extremo Sul da Bahia. As (os) indígenas não lutam apenas pelo território, mas pela própria existência, pois entendem "[...] corpo-território são inseparáveis" (Borum-Kren, 2023, p. 69).

Desde 1500 ano que os portugueses invadiram o território que hoje conhecemos como Brasil que as indígenas mulheres (e seus povos) resistem a inúmeras tentativas de colonização, como a escravidão por meio do apresamento[3] e da guerra justa; a assimilação por meio dos descimentos[4] de indígenas (voluntariamente ou não) para viverem nos aldeamentos, "que eram próximos às vilas e lugares portugueses", como explica Camila Dias (2019); e a integração por meio de políticas de tutela, como o Serviço de Proteção ao Índio criado em 1910, (Cunha, 2018). E a mais recente tentativa de "pegar a laço" é a tese do marco temporal, que defende que só tem direito aos territórios os povos que o habitavam na data da promulgação da Constituição Federal do Brasil, 05 de outubro de 1998, o que contradiz toda legislação desde o período colonial, que em nenhum momento nega o direito aos povos originários aos seus territórios (Cunha, 2018).

---

[3]Apresamento de índios – captura ilegal de indígenas para serem escravizados. Dias, C. L. (2019). **Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade**. *Estudos Avançados*, *33*(97), 235-252. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/164947/158081. Acesso em: 14 set. 2025.

[4]Deslocamento, voluntario ou não, de aldeias inteiras e/ou de índios para viverem e trabalharem em regiões próximas às vilas portuguesas. Idem.

A colonialidade do saber e do poder (Ballestrin, 2023) fez (e faz) com que muitas histórias sejam silenciadas, apagadas, até mesmo no uso da conjugação do verbo no passado, "era índia", dando a entender que não é mais, assim perdendo o direito ao território e ao seu modo de vida. Corroborando com Bárbara Borum-Kren, Luciana Ballestrin nos fala da continuidade da colonização por meio do saber e do poder, com isso, entendemos a demanda do movimento indígena pela inserção da História e Cultura Indígena no currículo, este que é um território em disputa, como nos aponta Miguel Arroyo (2011).

Para implementação da Lei 11.645/08 exigiu (e exige) a formação de professores e materiais pedagógicos. Durante o curso das duas graduações, e agora realizando a pesquisa no mestrado, pude observar que ainda há um longo caminho a percorrer. Durante uma das socializações da coletânea de cartas, numa roda de leitura, cinco das oito participantes apontam a falta de material e/ou de pesquisas sobre a História e Cultura Indígena.

A coletânea[5] resultante da pesquisa é constituída por cartas escritas por mim e por mais oito mulheres do Extremo Sul da Bahia que aceitaram partilhar histórias outras de suas avós e bisavós indígenas. A escrita das cartas é um aceite ao convite à escrita de Glória Anzaldúa (2000), bem como a escrevivência de Conceição Evaristo (2000). Nas cartas essas mulheres escreveram sobre a violência sofrida por suas avós e/ou bisavós, e também os nomes, local de nascimento, costumes, características, conhecimentos sobre a natureza e o território, espiritualidade, os lugares onde viveram.

A escolha pelas cartas como metodologia da pesquisa se deu porque "[...] a carta que se envia age, por meio do próprio gesto de escrita. Sobre aquele que a envia, assim como, pela leitura e releitura, ela age sobre aquele que a recebe" (Foucault, 1983, p. 153). Foi esse movimento que ocorreu comigo e com as oitos pessoas da roda de leitura. As histórias destas indígenas mulheres agiram sobre nós e nós escrevemos nossas reflexões, emoções, revoltas. Essas cartas possibilitaram (re)encontros com a história das(dos) leitoras(os), todas as netas e/ou bisnetas que escreveram as cartas até o momento, de alguma forma envolvidas com o

[5] A coletânea de cartas estará disponível para consulta após defesa e publicação da dissertação de mestrado que acontecerá em 23 de outubro de ano corrente.

ensino – professoras da educação básica, estudantes de História, licenciadas, desse modo "[…] uma carta nos auxilia a forjar bons encontros entre docentes para tornar visível um caminho que se faz ao caminhar" (Lima; Dias, 2019, p. 89).

Quando escrevo sobre os (re)encontros possibilitados pela escrita e/ou leitura das cartas, e pela observação das devolutivas das pessoas que participaram da roda de leitura da coletânea. Uma delas relata que, motivada pela leitura das histórias, buscou saber sobre suas origens e descobriu ter uma bisavó indígena. Corroborando com esse movimentar-se da estudante, Baniwa (2023, p. 27) nos aponta que "[...] história é mais do que narrativa, é sentimento, é emoção, é atitude, é visão e, sobretudo, consciência de si mesmo, do tempo e do mundo em que se vive e convive".

Com isso, buscar refletir e conhecer histórias outras dessas mulheres para além da expressão "minha avó era índia, foi pega no laço, no mato, a dente de cachorro", é entender que a história não é única, nem se vinda no verbo conjugado no passado, ela é também presente e plural, que enquanto ciência e componente curricular não é neutra; é movimentar-se para uma quebra dos silêncios na pesquisa e no ensino, como discorre Nilma Gomes (2012, p. 107) "trata-se de uma (re) construção histórica alternativa e emancipatória, que procure construir uma história outra que se oponha à perspectiva eurocêntrica dominante" e colonizadora. É levantar discussões dolorosas, mas necessárias; é colaborar com a luta pelo direito de ser quem se é, pelo combate ao racismo, etnocídio, machismo. É entender porque os povos indígenas têm feito muitas manifestações contra a tese do marco temporal.

Despeço-me com a esperança de que essa carta lhes tenha provocado o desejo do encontro com essas histórias outras.

Com afeto, Sarah Quimba.

Palavras-chave: avós e bisavós indígenas; indígenas mulheres; Lei nº 11.645/08; histórias.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, Florianópolis. v. 8, n. 1, p. 229-236. 2000.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, , maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 maio 2025.

BANIWA, G. História Indígena no Brasil Independente: Da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 9–32, 2023. Disponível em: https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76035. Acesso em: 20 maio 2025.

BORUM-KREN, Bárbara. O que os feminismos e o ambientalismo podem aprender com as lutas de indígenas mulheres e o bem viver? *In:* KAYAPÓ, Aline N. K. L; TUPINAMBÁ, Arlete M. P.S.; PAYAYÁ, Jamile da Silva Lima (org.). ***Wayrakuna:*** polinizando a vida e semeado o Bem Viver. Ponta Grossa: CEAI, 2023.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAMINHA. Pero Vaz de. **Carta Pero Vaz de Caminha**. 1500. Torre do Tombo, Gavetas. Gav. 15, mç. 8, nº 2. Disponível em: https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2010/11/Carta-de-Pero-Vaz-de-Caminha-transcricao.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel Rodrigues. **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DIAS, Camila. Loureiro. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos Avançados,** v. 33, n. 97, p. 235-252, 2019. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/164947/158081. Acesso em: 14 set. 2025.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância L; NUNES, Isabella R. **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FOUCAULT. Michel. A escrita de si. *In*: **Ética, sexualidade, política.** Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Disponível em:

http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/pos-modernismo/Foucault-A_escrita_de_si.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

LIMA, Renata M; DIAS, Rosimere de O. Cartas como método de pesquisa na formação de professor. *In*: DIAS, Rosimeri de Oliveira; RODRIGUES, Heliana de Barros (org.). **Escritas de si: escutas, cartas e formação de professor entre universidade e escola básica**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2019.

PAYAYÁ, Jamile. Indígenas mulheres em movimento: ventos que polinizam. *In*: KAYAPÓ, Aline N. K. L; TUPINAMBÁ, Arlete M. P.S.; BORUM-KREN, Bárbara Nascimento Flores (org.). ***Wayrakuna:*** polinizando a vida e semeado o Bem Viver. Ponta Grossa: CEAI, 2023.

SANTOS, Uiá Freire Dias dos. **A prática nos sertões na capitania de Porto Seguro**: paulistas e indígenas na (trans) formação da sociedade colonial (1585-1700). 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.